

SUCATEAR PARA TERCEIRIZAR: A POLÍTICA DA GESTÃO MABEL PARA A SAÚDE DE GOIÂNIA

Cortes de recursos, direitos de trabalhadores(as) negligenciados e falta de novos servidores públicos enfraquecem o SUS enquanto a Prefeitura amplia espaço para as Organizações Sociais.

A gestão do prefeito Sandro Mabel anuncia um **corte de aproximadamente R\$ 6 milhões** por mês na saúde, mesmo com a rede já enfrentando falta de profissionais, insumos, equipamentos e condições adequadas de trabalho. Ao mesmo tempo, a Prefeitura mantém um **contrato de R\$ 9 milhões com o Sesi** para a realização de perícias médicas dos servidores, em vez de fortalecer a estrutura própria da Junta Médica municipal. Além disso, a gestão também acumula pendências com os trabalhadores, como **data-base abaixo da inflação, progressões atrasadas e problemas na assistência do Imas**, que continuam afetando servidores mesmo com os descontos realizados em folha.

Em ofício à Secretaria Municipal da Fazenda, o próprio secretário de Saúde alerta que o corte pode reduzir cerca de **2 mil plantões médicos por mês**, representar até **160 mil atendimentos a menos** e provocar aumento das filas, sobrecarga das equipes, demanda reprimida, agravamento de pacientes e até redução ou suspensão de serviços, causando impacto em toda a rede municipal de saúde.

O documento também destaca que Goiânia vem aplicando recursos muito próximos do mínimo constitucional de **15% da receita em saúde**, o que limita ainda mais a capacidade de novos cortes.



Para o Sindsaúde, reduzir investimentos em uma rede já precarizada aprofunda os problemas e abre espaço para que a terceirização por Organizações Sociais seja apresentada como solução.

NÃO É O SUS QUE NÃO FUNCIONA: O SUS É ENFRAQUECIDO QUANDO FALTAM RECURSOS, PROFISSIONAIS E VALORIZAÇÃO.

SUCATEAR PARA TERCEIRIZAR?

Existe uma lógica perigosa em curso:



**Corta
investimento**



**faltam
profissionais**



serviços pioram



**unidades ficam
sobrecarregadas**



**a terceirização
aparece como
“solução”**

Enquanto o serviço público perde estrutura, a gestão avança com uma agenda de entrega de UPAs e outras unidades para **Organizações Sociais (OSs)**.

Para o Sindsaúde, essa política precisa ser enfrentada. A terceirização pode significar:

- Vínculos de trabalho mais frágeis;
- Salários menores;
- Perda de direitos;
- Maior rotatividade;
- Insegurança e assédio no trabalho;
- Descontinuidade da assistência;
- Contratos mais caros;
- Menor transparência no uso dos recursos públicos.



**A SOLUÇÃO É CONCURSO PÚBLICO,
VALORIZAÇÃO E CONDIÇÕES
DIGNAS DE TRABALHO.**

Não existe justificativa para retirar recursos das unidades públicas enquanto milhões são destinados a contratos terceirizados. A saúde de Goiânia precisa de mais trabalhadores. Em vez de fortalecer o quadro efetivo, a Prefeitura se recusa a fazer a recomposição necessária por meio da **convocação dos aprovados no último concurso e da realização de novos concursos públicos**. Não se resolve falta de trabalhadores pressionando quem já está sobrecarregado.



DINHEIRO PÚBLICO DEVE FORTALECER O SUS PÚBLICO.

PAFUS: AUTONOMIA OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE?

O Sindsaúde defende a descentralização de recursos e uma gestão local, democrática e participativa.

Mas o Programa de Autonomia Financeira das Unidades de Saúde (PAFUS) passou a impor aos gestores locais e trabalhadores a criação de associações, CNPJ e Conselhos Gestores para administrar recursos destinados a pequenas manutenções e melhorias.

O que deveria facilitar a chegada de recursos às unidades não pode virar uma forma de a Prefeitura **transferir suas próprias responsabilidades para quem já está sobrecarregado**.



TRABALHADOR DA SAÚDE NÃO PODE SER OBRIGADO A ASSUMIR FUNÇÕES QUE CABEM À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

E a recusa em aderir a esse modelo também não pode ser usada amanhã como justificativa para entregar mais unidades às OSs.

POR QUE A PREFEITURA SE RECUSA A NEGOCIAR?

Mesmo diante de tantos conflitos, a gestão municipal continua sem implantar a **Mesa Municipal de Negociação Permanente do SUS**.

A Mesa permitiria discutir de forma permanente:

Carreira | salários | escalas | condições de trabalho
dimensionamento de pessoal | direitos | organização dos serviços

Mas, sem negociação, a Prefeitura prefere tomar decisões de cima para baixo.



**QUEM CONHECE A REALIDADE DO SUS
PRECISA PARTICIPAR DAS DECISÕES SOBRE
O SUS. OS(AS) TRABALHADORES(AS)
PRECISAM SER OUVIDOS E RESPEITADOS!**



TRABALHADORES(AS) DO SUS ESTÃO PAGANDO A CONTA

Enquanto corta recursos, a Prefeitura acumula ataques e pendências com os trabalhadores:

- Data-base de 2025 abaixo da inflação e sem retroativo;
- Data-base de 2026 abaixo da inflação e parcelada;
- Progressões do Plano de Carreira atrasadas;
- Proposta de solucionar as progressões sem pagamento dos retroativos;
- Necessidade de correção na tabela de progressão dos Auxiliares de Saúde (Grau I);
- Quinquênios não pagos (LC 191/2022);
- ACS e ACE sem as mesmas progressões e percentuais previstos aos demais profissionais da saúde;
- Negativa de férias e licenças-prêmio;
- Falta de atendimentos pelo Imas, apesar do desconto mensal no contracheque dos(as) trabalhadores(as);
- Junta Médica terceirizada para o Sesi, com contrato de 9 milhões, que atua de forma parcial e negligente;
- Retirada do transporte de trabalhadores da Estratégia Saúde da Família;
- Imposição de escalas e mudanças no ponto eletrônico sem negociação;
- Ampliação da fiscalização e vigilância sobre os servidores com gastos em serviços terceirizados para isso, enquanto faltam condições básicas dentro das unidades.



A CADA DIREITO NEGADO, A PRECARIZAÇÃO AVANÇA.

O QUE O SINDSAÚDE DEFENDE

O Sindsaúde cobra da Prefeitura de Goiânia:

- Fim dos cortes na saúde;
- Pagamento das progressões e retroativos;
- Cumprimento dos direitos previstos em lei;
- Pagamento dos quinquênios (LC 191/2022);
- Valorização e inclusão de ACS e ACE no plano de carreira;
- Convocação dos concursados e novos concursos públicos;
- Garantia de férias e licenças;
- Reestruturação do Imas;
- Investimento na Junta Médica própria do município e fim do contrato com o Sesi;
- Condições adequadas de trabalho;
- Recuperação das unidades públicas;
- Transparência na aplicação dos recursos;
- Implantação imediata da Mesa de Negociação;
- Combate à terceirização e à expansão das OSs.